



CONSELHOS DELIBERATIVOS DE RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OS CONSELHOS GESTORES DA RDS BARREIRO ANHEMAS E RDS DOS QUILOMBOS DE BARRA DO TURVO, EM BARRA DO TURVO - SP

Beatriz Alves de Paula¹
Ocimar José Baptista Bim²
Wagner Gomes Portilho³

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O MOJAC e as RDS Barreiro/Anhemas e RDS dos Quilombos de Barra do Turvo

O Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga - MOJAC, criado em 2008, foi fruto de anos de dedicação na construção coletiva de uma alternativa que amenizasse os conflitos socioambientais decorrentes da criação do Parque Estadual do Jacupiranga - PEJ, que impôs diversas restrições sob uma região que abrigava mais de 1.800 famílias, dentre elas comunidades tradicionais, como quilombolas, caiçaras e caboclos/caipiras, e pequenos agricultores familiares.

O MOJAC conta com 234.000 hectares, quase 100 mil hectares a mais que o antigo PEJ, composto por áreas de proteção integral e de uso sustentável, sendo 3 Parques, 4 Áreas de Proteção Ambiental, 2 Reservas Extrativistas e 5 Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

O presente relato apresenta a experiência dos conselhos gestores de duas destas Reservas de Desenvolvimento Sustentável que compõem o MOJAC: RDS Barreiro Anhemas - RDSBA e RDS dos Quilombos de Barra do Turvo - RDSQBT. Ambas localizadas em Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, estado de São Paulo, em territórios contíguos, com estruturas de organização de conselho semelhantes, compartilhando o mesmo gestor, a quem, na atual estrutura, cabe a organização das pautas e condução das reuniões.

A RDSBA é formada por duas comunidades tradicionais e cerca de 126 famílias, enquanto a RDSQBT é composta por 196 famílias distribuídas em 3 comunidades remanescentes de quilombos assim reconhecidas. Ambas as UCs foram criadas pela Lei de criação do MOJAC (Lei Estadual nº12.810 de 2008) e tiveram seus primeiros anos dedicados ao reconhecimento do território e diálogos

¹ Escola de Engenharia de São Carlos / Universidade de São Paulo

² Instituto de Pesquisas Ambientais

³ Fundação Florestal



para que a comunidade tomasse ciência sobre a gestão de uma RDS. Neste período inicial, ocorreram reuniões preparatórias para a criação do conselho, com debates sobre seu papel, espaços de exposições sobre a legislações ambientais pertinentes e demais demandas.

Em março de 2010, as RDS tiveram seus conselhos formados, com suas primeiras reuniões de conselho em março deste mesmo ano. As reuniões ordinárias acontecem uma vez por mês e toda a comunidade é convidada, contando com a participação de conselheiros e não conselheiros, que também são motivados a contribuir com as pautas debatidas. Cada encontro mensal é sediado em uma das comunidades componentes do território de área protegida. Até 2020 foram realizadas 220 reuniões (em torno de 110 em cada UC) com a participação efetiva, e privilegiando comunidades locais dessas Reservas.

Os Conselhos Deliberativos no biênio 2021/2023

Nesse relato apresentamos as atividades do quinto mandato dos conselhos gestores das RDS que teve início em agosto de 2021, estendendo-se até setembro de 2023. O conselho é formado por membros do Poder Público (municipal, estadual e federal), membros das comunidades e representantes da sociedade civil que tenham relevância para o território. Para a indicação e eleição de membros das comunidades, busca-se equidade na representação destas, que conformam a paisagem da RDS. A disposição de representantes que compõem cada conselho está disposta no Quadro 1.

Quadro 1. Representantes que compõem o Conselho Gestor da RDSBA e RDSQBT.

Representante	RDSBA	RDSQBT
Poder Público	5	8
Membro das comunidades	10	12
Sociedade civil	3	4
TOTAL	18	24

Fonte: elaboração dos autores (2023).

A quantidade de conselheiros por comunidade tradicional que compõem a RDSBA é acordada pelos membros das comunidades a cada mandato. Para as comunidades quilombolas o número de representantes é fixado por comunidade, e têm se mantido inalterado no histórico de mudanças de mandatos.



XI SAPIS & VI ELAPIS

XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

As reuniões mensais em meio período e se dividem em 6 momentos: 1. acolhida por conselheiro(a) local e aprovação da pauta do dia; 2. leitura e aprovação da ata da reunião anterior, com minuta compartilhada, segundo regulamento, com uma semana de antecedência; 3. discussão de temas da pauta; 4. avaliação de solicitações apresentadas pelos agricultores, deliberações, autorizações; 5. informes; 6. organização da próxima reunião, definindo data, local e assuntos tratados. No período, foram analisadas 21 reuniões do conselho da RDSQBT e 21 da RDSBA durante o mandato de 2021/2023. Dentre os assuntos pautados, em quase todas as reuniões esteve presente o 'Plano de Manejo', que está em desenvolvimento e, em maio de 2022, ocorreram oficinas de diagnóstico e caracterização do território. Os 'Projetos' foram discutidos em todas as reuniões, e tratam de temas como Pagamento por Serviços Ambientais, restauração de áreas dentro do território, monitoramento de fauna e projetos de educação. Esses projetos possuem parceria com Universidades, ONGs, Prefeitura, comunidade e a Fundação Florestal.

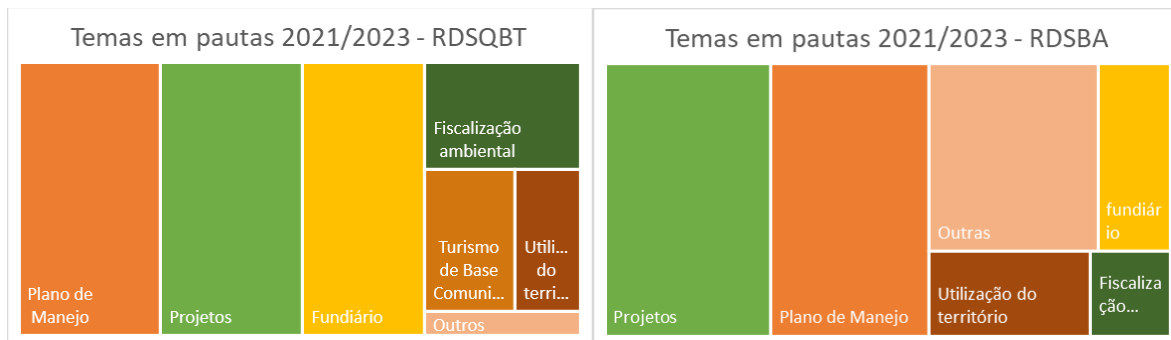
Temas fundiários apareceram em 18 reuniões na RDSQBT e 6 vezes na RDSBA. No ano de 2023, foi recorrente o tema 'Fiscalização Ambiental' (9 vezes em RDSBA e 3 RDSQBT), consequência do aumento do número de fiscalizações e da Polícia Ambiental dentro dos territórios.

Pautas relacionadas a 'Utilização do Território' foram discutidas 6 vezes na RDSBA e 5 vezes na RDSQBT, onde tratou de temas como infraestruturas comuns (estradas, pontes, energia elétrica) e a criação sustentável de rebanhos e a conservação de cursos d'água, tema de grande relevância dado o aumento da bubalinocultura na região.

A categoria 'Outras' abrange temas como a discussão de Políticas Públicas, campanha antirrábica e, no caso da RDSBA, organização das comunidades, com o estímulo para criação de associação. Como forma de sintetizar o trabalho realizado durante o ano e planejar as atividades do ano seguinte, os temas de avaliação da gestão, assim como desafios e metas apareceram nas reuniões de início e final de ano.



Quadro 2. Distribuição de temas nas reuniões da RDSBA e RDSQBT no mandato 2021/2023.



Fonte: elaboração dos autores (2023).

Em todas as reuniões, os agricultores apresentam solicitações de autorização para atividades que serão feitas dentro do território, como no caso de roça tradicional, limpeza de pastagem ou construções que busquem facilitar o trabalho no campo (item 4, de acordo com a estrutura de reunião apresentada). Estas autorizações sujeitas a aprovação do conselho e, no mandato 2023, foram aprovadas em torno de 300 autorizações para a RDSQBT e 400 para a RDSBA. O número de pedidos de autorizações tem aumentado com o passar dos anos (sendo 2023 o ano com mais pedidos), ao passo que, intervenções na vegetação não aumentou significativamente, indicando que o aumento do número de pedidos apresentados ao conselho derive do reconhecimento na comunidade de seu papel deliberativo.

Por fim, estando em um município onde o número de habitantes da área rural é superior à área urbana e as comunidades tradicionais são maioria entre os agricultores, a participação dessas comunidades nos conselhos tem contribuído para o fortalecimento da organização comunitária rural. Com organizações mais fortes, tem avançado o debate por melhores condições de vida na área rural e a produção de segurança e soberania alimentar pela agricultura familiar tradicional. Assim, o funcionamento dos conselhos tem contribuído tanto para as comunidades como para órgão gestor, como um instrumento eficaz da gestão dos dois territórios das RDS, sendo um espaço onde as necessidades e proposições são acolhidas e encaminhadas.